

REQUERIMENTO Número _____ / XI (1.ª)

PERGUNTA Número 1680 / XI (1.ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>04 / 3 / 2010</u>
Q Secretário da Mesa <u>R. Correia</u>

Senhor Presidente da Assembleia da República

Excelência:

Assunto: Efeitos do Programa de Estabilidade e Crescimento na Região Autónoma dos Açores

Destinatário: Ministro de Estado e das Finanças

A demora do Governo em submeter o Programa de Estabilidade e Crescimento à Assembleia da República faz temer o pior.

O OE 2010 é o que se sabe — ou seja, mais do mesmo relativamente ao habitual despesismo socialista, que levou o défice público à beira dos 10% do PIB...

O voto do PSD — abstendo-se para que o país venha a ter, finalmente, um OE para o ano em curso, a entrar em vigor já no 2º trimestre... — foi ditado por razões de interesse nacional, em profunda discordância com a frívola opção do Governo por investimentos públicos megalómanos.

Como, por exigência de Bruxelas, o Governo tem de fazer baixar o défice, entre 2011 e 2013, para menos de 3% do PIB — o que equivale a cortar nas despesas perto de 10 mil milhões de euros por ano — o PEC antevê-se como contendo medidas de caixão à cova...

Ora, a Região Autónoma dos Açores deveria este ano receber mais dinheiro do OE, ao abrigo da Lei das Finanças Regionais revista — mas o Ministro das Finanças ameaçou já que não a iria cumprir, utilizando para tal todos os expedientes legais.

Por outro lado, o Governo comprometeu-se com um esquema, aliás justo, de ajuda especial à Região Autónoma da Madeira para financiar os

estragos da recente catástrofe, que o respectivo Governo Regional avalia em 1.400 milhões de euros.

A Região Autónoma dos Açores tem vindo também a ser fustigada pela invernia, com grandes prejuízos materiais, que terão de ser arrostados pela própria e pelas Autarquias Locais, agravando os respectivos recursos orçamentais.

Nestes termos, os Deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição e do Regimento, formulam ao Governo, através do Ministro de Estado e das Finanças, as seguintes perguntas:

- a) Contém o PEC disposições particulares referentes à Região Autónoma dos Açores, qual o seu conteúdo e a avaliação financeira das respectivas implicações?
- b) As disposições gerais já anunciadas, como o congelamento dos salários da função pública, serão também impostas na Região Autónoma dos Açores?
- c) Os subsídios de férias e de Natal, dos funcionários públicos e dos outros trabalhadores, ficarão ao menos a salvo, no presente ano e nos seguintes?
- d) Tenciona o Governo atacar também as pensões dos reformados e em que termos?
- e) Vai o Governo ouvir sobre o PEC o Governo Regional dos Açores, conforme reivindicou, aliás justamente, o respectivo Presidente após "baptizar" com o nome de Manuel Arriaga o novo avião *Bombardier* da transportadora regional SATA, ex-AIR AÇORES?

Palácio de São Bento, 4 de Março de 2010

Os Deputados do PSD/Açores,



João Bosco Mota Amaral

Joaquim Ponte

